


EXMO. SR. DES. WASHINGTON ARAÚJO, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.


Nós, servidores do TJCE, abaixo-assinado, lotados na Vara Única do Fórum da Comarca de Tabuleiro do Norte/CE, viemos respeitosamente à presença de V.Exa., com devido respeito e acatamento costumeiros, apresentar nossa pauta de reivindicações, ratificando o quanto já apresentado pelo SINDIJUSTIÇA, por nossa representação sindical, em reuniões com a mesa permanente de negociações com a presidência deste tribunal:

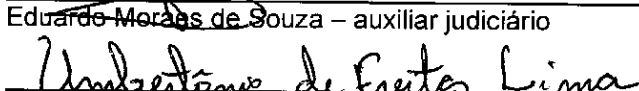
- 1 – reposição salarial – perda de 20%;
- 2 – reforma do PCCR 2010 – existem, atualmente, vários servidores estagnados no final de carreira;
- 3 – revisão das metas da Gratificação por Alcance de Metas – GAM Unidade – na composição dos requisitos da referida meta estão incluídas atribuições que não são exercidas pelos demais servidores, sendo privativas dos servidores públicos no exercício da magistratura, como o despacho de processos – decisões interlocutórias e sentença, fugindo aos demais servidores a adoção das medidas necessárias para o cumprimento das metas;
- 4 – auxílio-saúde para servidores ativos e inativos;
- 5 – melhores condições de trabalho, especialmente a observância nas instalações dos fóruns dos requisitos da instrução normativa n. 05/2019, quanto ao mobiliário do local de trabalho e equipamentos (por ex. bancadas, mesas e escrivaninhas com altura e características da superfície de trabalho compatível com o tipo de atividade, com a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho e com a altura do assento, com os requisitos mínimos de conforto exigidos na referida portaria: altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida, características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento, borda frontal arredondada, encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar, suporte para os pés, que se adapte ao comprimento das pernas do trabalhador, entre outras);
- 6 – posicionamento contrário à políticas administrativas que envolvam desvio de função;
- 7 – ações contínuas e eficazes de combate ao assédio moral;
- 8 – posicionamento contrário à políticas administrativas que envolvam remoção *ex officio* de servidores públicos, especialmente motivados por assédio moral;
- 9 - criação de SEJUD Regional do Vale do Jaguaribe.

Tabuleiro do Norte/CE, 09 de julho de 2019.

  
Angélica Bezerra Barros – analista judiciária

  
Antônio Sindeval de Almeida – auxiliar judiciário

  
Eduardo Moraes de Souza – auxiliar judiciário

  
Umbertônio de Freitas Lima – analista judiciário